

EDITORIAL

Como tem sido recorrente nos últimos números, uma vez mais a *Revista de História 164*, referente ao primeiro semestre de 2011, reúne dois conjuntos de artigos: no primeiro apresentam-se os que abrangem um largo espectro de temas, de períodos históricos e de abordagens, encaminhados à revista por autores de diferentes procedências; um segundo, textos que confluem na discussão das várias facetas teórico-metodológicas pertinentes às relações entre Educação e História. O dossiê “Ensino de História” foi organizado por Antonia Terra de Calazans Fernandes, do Departamento de História e membro do Conselho Executivo da revista que, em sua apresentação, demonstra a importância e a atualidade da matéria.

Abre o presente número o artigo do historiador Joseph Miller, intitulado “Restauração, reinvenção e recordação: recuperando identidades sob a escravização e face à escravidão no Brasil”, originalmente parte de uma coletânea publicada em 2004, nos Estados Unidos, e agora oferecido ao público leitor em português. Africanista de relevância internacional, a oportunidade da tradução advem do tema por si só; no texto, Miller acompanha questões colocadas pela historiografia da escravidão nas Américas a partir do foco que lhe é próprio, qual seja, o da história das sociedades da África centro-ocidental. Dedicando uma especial atenção aos historiadores brasileiros e dialogando com eles, ou, como adverte em nota, com a produção feita até a época em que o texto foi escrito, posiciona o debate sobre as permanências, as reelaborações, bem como sobre a constituição de identidades nas Américas, para além da polarização simplista entre os partidários dos africanismos e os defensores da criouliização. De uma parte, ao propor uma leitura especulativa das experiências dos africanos na longa duração histórica abrangida pelo tráfico atlântico de escravos, desde a fase formativa da colônia brasileira aos tempos entre a Independência e a Abolição. E de outra, ao sublinhar a importância de se compreender a escravidão nos termos em que esta era pensada pelos próprios africanos e seus descendentes e, à luz dessa premissa, de se buscar as maneiras pelas quais procuraram neutralizar a dispersão, a violência e o isolamento da escravização e restaurar em outros termos os sentimentos mínimos de pertencimento e de segurança tão imprescindíveis a eles.

Na sequência, apresentam-se outros três artigos que colocam em cena a história das ideias e das práticas políticas europeias sob perspectivas diferenciadas. O primeiro, “A fé de um império: a Inquisição no mundo português”, de autoria de

Giuseppe Marcocci, pesquisador da Scuola Normale Superiore, de Pisa, avalia o amplo espectro das ações perpetradas pelo Santo Ofício no Império português do século XVI. A ênfase do texto é a de descrever cronologicamente e com minúcias a evolução dos mecanismos de seu funcionamento, com destaque para o ultramar, particularmente nas suas partes orientais: na Índia portuguesa e em sua capital Goa, na África oriental e no sudeste asiático. Resulta a demonstração de que, nas sucessivas trocas de comando, “em menos de um século a Inquisição tinha percorrido [este trajeto] transformando-se num tribunal também para o império”, passando de uma atitude relativamente conciliadora à intransigência, percebendo em cada mínimo desvio um atentado à integridade da fé e atingindo também os cristãos orientais que, de potenciais aliados, passam a suspeitos heréticos. Com suas observações o autor desata um pouco mais o nó que ligou Inquisição, conquista e colonização. Já no artigo seguinte, de Victor Santos Vigneron de La Jousselandière, “Igualdade e diferença em José Acosta”, o tema da religião e as suas relações com o colonialismo moderno se mantem inscritos na obra do jesuíta, da segunda metade do século XVI e nos usos das categorias teológicas como forma de compreensão das populações consideradas bárbaras, e junto a elas, as maneiras de instituir o projeto evangelizador e legitimar uma soberania castelhana sobre os territórios da América. As interpretações do autor do artigo, desenvolvidas a partir de uma documentação e bibliografia pertinentes, são uma contribuição efetiva para o entendimento do pensamento de Acosta, do contexto da evangelização e da colonização concatenados às proposições políticas e aos debates teológico-jurídicos indispensáveis para se pensar o período colonial hispânico e suas crônicas.

O artigo posterior, “A questão democrática na Inglaterra do século XVII: soberania popular, direitos e sufrágio no pensamento Leveller”, de Javier Amadeo, introduz aos leitores este que foi um dos movimentos políticos mais importantes dos inícios da modernidade, por conta de uma proposta inovadora em que postulados do universalismo, tolerância e soberania popular aliavam-se na constestação à velha ordem política. Como quer o autor, em meados do século, no clima de agitação política e da guerra civil, o ideário libertário aparecia expresso não só nas obras de grandes autores como Hobbes e Locke, como também disperso de forma mais obscura em centenas de panfletos de protesto social e propostas de reforma que expressavam a voz de pequenos comerciantes, de artesãos e de camponeses de meados do século XVII. Dessa forma, o movimento dos Levellers, pouco conhecido, e as considerações sobre ele, alargam o âmbito dos estudos sobre história moderna e seus temas tão caros às discussões que se encontram na *Revista de História*.

Em seguida passamos para os temas referentes à história do Brasil. Inicialmente, a temática desenvolvida em “A paisagem do Pantanal e a ruralidade das minas do Cuiabá (primeira metade do século XVIII)”, por Tiago Kramer de Oliveira, significa uma extensão dos estudos sobre um objeto recente na historiografia do Brasil, o da organização do espaço, suas conotações sociais e suas representações.

A partir de uma crítica historiográfica perspicaz e fazendo uso de tendências que renovam a compreensão de regiões concebidas como vazios históricos, o autor busca desnaturalizar a ideia de Pantanal a partir da recuperação de sua historicidade: a integração da região no contexto das conquistas portuguesas dos finais do século XVII, as minas de Cuiabá, a organização dos espaços rurais do Mato Grosso, bem como a diversidade dos habitantes das chamadas paisagens pantaneiras, entre outros, colonos paulistas, portugueses, sertanistas, roceiros, fazendeiros, senhores de engenho, ameríndios reterritorializados, africanos escravos e forros.

Os dois artigos em sequência transpõem o foco para a história política brasileira e o estudo de suas instituições; o texto de André Roberto Machado, intitulado “O fiel da balança: o papel do parlamento brasileiro nos desdobramentos do Golpe de 1831 no Grão-Pará” avalia o jogo político da província nos anos conturbados e instáveis da década de 1830. Numa interpretação articulada com uma documentação inovadora, desenvolve a tese central de que o papel dos parlamentares paraenses foi decisivo (fiel da balança), contribuindo para uma outra interpretação sobre o golpe de 1831 e suas repercussões nacionais. Já o texto de Marcelo Thadeu Quintanilha Martins, “Políciais habilitados não se improvisam: a modernização da polícia paulista na Primeira República (1889-1930)” vincula-se às novas tendências historiográficas que efetivam a ampliação da abordagem da história da polícia, até então ou quase sempre localista. Tendo como objeto a polícia – “esta que das instituições de controle social talvez seja a mais visível e a menos conhecida” – o artigo realiza uma análise bastante abrangente sobre a trajetória da polícia no mundo e no Brasil a partir de uma perspectiva comparada e transnacional. Instituída com a chegada da Corte portuguesa, funcionando como um dos baluartes fundamentais no processo da construção institucional do novo país após a emancipação de Portugal, sua internacionalização está vinculada ao imperialismo e à expansão dos crimes e organizações internacionais, inclusive ao aumento dos fluxos migratórios globais.

Os três últimos artigos avançam o tempo histórico e por suas problemáticas quase se encostam à atualidade. O texto de Juan Andrés Bresciano, “La memoria como objeto de análisis en la historiografía uruguaya” destina-se aos pesquisadores preocupados com os problemas metodológicos da prática da “história recente”, sua conceitualização e relações com as formas reconhecidas da pesquisa histórica, como também o seu lugar no debate sobre o conhecimento histórico e seus vínculos com as sociedades contemporâneas. Conciso e claro, mas não por isso menos complexo nas suas formulações, representa uma contribuição original sobre o lugar da memória na construção do passado, notadamente na do passado recente da história do Uruguai. Já os dois últimos têm a literatura como mote e São Paulo como cenário e tema: o texto de Elena Pájaro Peres, intitulado “Cantos e recantos na literatura de João Antonio” e o de Leandro Antonio de Almeida, sobre os misteriosos subterrâneos de São Paulo, na versão ficcional de João de Minas projetados sobre (ou sob) os dilemas políticos da cidade nos anos de 1930.

Ambos os autores, a partir de uma consistente base teórica e de um claro suporte conceitual, esclarecem um pouco mais o uso e o tratamento metodológico das fontes literárias e as relações instigantes entre ficção e história. Elena Peres interpreta as obras de um importante escritor paulistano, João Antonio, pouco conhecido, mas fonte singular para a compreensão da história da cidade. Sua proposta não é simplesmente o uso da literatura como testemunho para a análise histórica, mas, a partir de uma produção escrita que é “altamente autobiográfica e totalmente atada ao espaço urbano e às suas transformações temporais”, objetiva percorrer com ele as ruas da cidade. Nesse sentido, mais do que análise, segundo a autora, a literatura comporta interpretação, não podendo ser tomada como secundária em relação às questões mais amplas da historiografia. Já Leandro Antonio de Almeida, em “A São Paulo subterrânea de João de Minas”, dispõe-se a discutir as construções de São Paulo nos escritos de Ariosto Palombo, ou João de Minas. Segundo ele, os esforços de traduzir o cotidiano urbano nos moldes das narrativas policiais resultaram na publicação de *Nos misteriosos subterrâneos de São Paulo* sob a forma, primeiro, de folhetim e, depois, de romance, e nele o escritor construiu uma metáfora para a crítica à corrupção política e ao sistema policial. A suposta equivalência entre corrupção no mundo real e o tema literário do subterrâneo é a ideia-força do artigo; por meio da representação de práticas políticas e econômicas ilícitas João de Minas procura expor aos leitores outros subterrâneos paulistanos, escondidos pelos discursos hegemônicos que pautam a identidade da metrópole em torno do lema de velocidade, trabalho, mobilidade e progresso e da figuras mítica do bandeirante.

Por fim, fechando a primeira parte da revista para dar lugar ao dossiê, situam-se duas resenhas sobre obras bastante distintas entre si mas que apresentadas com a categoria de seus comentadores por certo atrairão o desejo da leitura e a oportunidade do debate histórico. A primeira resenha é de Zoltán Biedermann sobre a obra de Alan Strathern, *Kingship and conversion in sixteenth-century Sri Lanka*, de 2007; e a segunda, feita por Antonio Luigi Negro, sobre a obra de Gustavo Lins Ribeiro, *O capital da esperança. A experiência dos trabalhadores na construção de Brasília*, editada em 2008.

Assim sendo, concluindo o que procurei sintetizar acima, é possível perceber que a revista, em seu número 164, oferece um conjunto de artigos diversificado e complexo, coadunado aos seus objetivos maiores em contemplar a História em seus múltiplos e abrangentes significados. Desejamos a todos uma boa leitura.

Maria Cristina Cortez Wissenbach
 Editora